

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Pilar 3

The logo for PAN, consisting of the letters 'PAN' in a bold, blue, sans-serif font. The letter 'A' is stylized with a curved underline that extends to the right.

2º TRIMESTRE – Junho/2016

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	4
2.1. Objetivos e Estratégias.....	4
2.2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital	4
2.3. Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital	5
3. BALANÇO PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES	7
3.1. Comparativo do Balanço Patrimonial.....	7
3.2. Instituições consolidadas no Balanço Patrimonial publicado.....	9
3.3. Instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial Pan	9
4. GERENCIAMENTO DE RISCOS	10
4.1. RISCO DE CRÉDITO	10
4.1.1. Definição	10
4.1.2. Políticas e Estratégias	10
4.1.3. Ciclo do Crédito	11
4.1.4. Exposição ao Risco de Crédito.....	13
4.1.5. Cessão, Venda e Transferência de Ativos.....	15
4.1.6. Securitização.....	16
4.1.7. Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte	16
4.2. RISCO DE MERCADO	17
4.2.1. Definição	17
4.2.2. Políticas e estratégias	17
4.2.3. Determinação das carteiras <i>trading e banking</i>	18
4.2.4. Exposição ao Risco de Mercado	19
4.3. RISCO DE LIQUIDEZ.....	19
4.3.1. Definição	19
4.3.2. Políticas e estratégias	20
4.3.3. Plano de Contingência	20
4.4. RISCO OPERACIONAL E CONTROLES INTERNOS.....	20
4.4.1. Risco Operacional	20
4.4.2. Políticas e Estratégias	22
4.4.3. Plano de Continuidade de Negócios.....	22

5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL	24
5.1. Acordo de Basileia III.....	24
5.2. Políticas e Estratégias	25
5.3. Patrimônio de Referência (PR)	25
5.4. Dívidas Subordinadas por prazo de vencimento.....	26
5.5. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	26
5.6. Requerimentos de Capital	28
5.7. Valor de Capital Mitigado.....	28
5.8. Projeções de Capital	29
5.9. Razão de Alavancagem (RA)	29

1. INTRODUÇÃO

O Banco Pan S.A. (“Banco Pan”) é uma das principais instituições financeiras de porte médio do Brasil, com foco em crédito ao consumidor, empresas e hipotecário. Desde 27 de maio de 2011, o Banco Pan é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) e pela Caixa Econômica Federal (“Caixa”), dois dos maiores grupos financeiros nacionais. Esta estrutura de controle agrega solidez financeira, reputação, altos padrões de governança corporativa e sinergias de negócios ao Banco Pan.

O Conglomerado Pan dispõe de portfólio variado de produtos e serviços. Atualmente, sua principal linha de negócio é o financiamento de veículos, com destaque também para as linhas de crédito consignado, segmento em forte expansão, e de crédito para empresas.

OBJETIVO

O relatório de gerenciamento de riscos do Conglomerado Pan busca atender às diretrizes descritas no Pilar 3 de Basileia II, em consonância com a Circular BACEN 3.678/13 no que diz respeito à divulgação da estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de capital.

Neste documento, os termos “Conglomerado Prudencial Pan”, “Conglomerado Pan”, e “Conglomerado” referem-se ao conjunto de empresas: Banco Pan S.A (“Banco Pan”), Pan Arrendamento Mercantil S.A. (“Pan Arrendamento”), Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (“Brazilian Mortgages”), Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Brazilian Securities”) e Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (“Pan Consórcio”).

As informações presentes nesse relatório estão de acordo com a política interna que trata da divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante RWA¹ e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

As informações detalhadas sobre Gerenciamento de Riscos e Capital do Conglomerado Prudencial Pan estão descritas ao longo deste relatório e nas planilhas de apoio, Anexos 01 e 02, assim como nas Demonstrações Financeiras e Resultados do Pan. O acesso pode ser feito no site de Relações com Investidores: www.bancopan.com.br/ri.

¹ Parcelas de capital exigido para os riscos de crédito, mercado e operacional.

2. PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

2.1. Objetivos e Estratégias

O gerenciamento de riscos consiste na identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, controle e reporte dos riscos inerentes à atividade bancária.

É de fundamental importância para o crescimento sustentável de qualquer instituição na busca de constantes retornos em níveis de risco aceitáveis por todos os *stakeholders*². Dessa forma, o gerenciamento de riscos precisa estar integrado à estrutura de governança e à estratégia de negócios da instituição, garantindo o envolvimento da Administração, o monitoramento e o controle das exposições aos riscos, assegurando que estes estejam dentro dos limites definidos.

2.2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Conglomerado Pan é composta pelas diversas áreas que participam do processo de gestão e controle de riscos com seus respectivos papéis e responsabilidades, os quais prezam pela segregação de funções, ao mesmo tempo em que buscam proporcionar sinergia entre as unidades, visando assegurar a efetividade do gerenciamento, respeitando os limites e apetite aos riscos definidos.

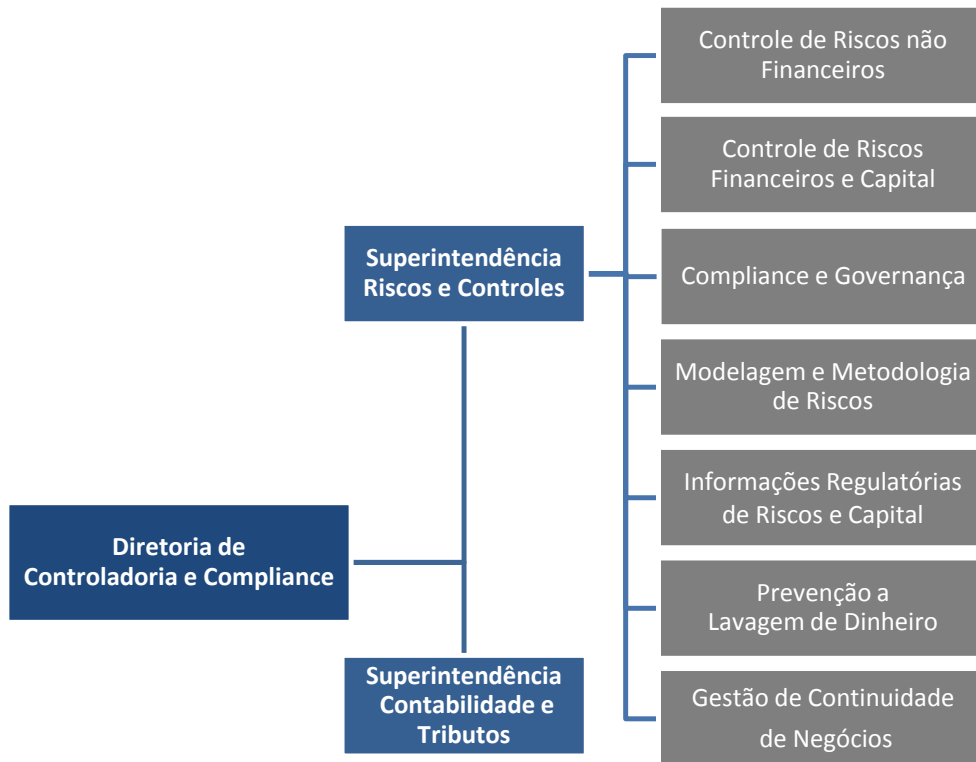
A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital se utiliza da governança estabelecida no Conglomerado Pan por meio de seus comitês e alçadas, assim como a normatização que suporta o processo de tomada de decisão. Os processos e sistemas que suportam e viabilizam a estrutura de gerenciamento de riscos e capital estão descritos nos normativos específicos para cada tipo de risco.

Dentro da governança de gerenciamento de riscos e capital, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital é o órgão colegiado estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, responsável por avaliar e acompanhar a estrutura, o funcionamento e os resultados do gerenciamento de riscos e de capital no Conglomerado Prudencial Pan.

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional de riscos e controles do Conglomerado Pan.

² Stakeholder: parte interessada nas atividades e decisões executadas pela instituição.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CONTROLADORIA E COMPLIANCE



2.3. Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

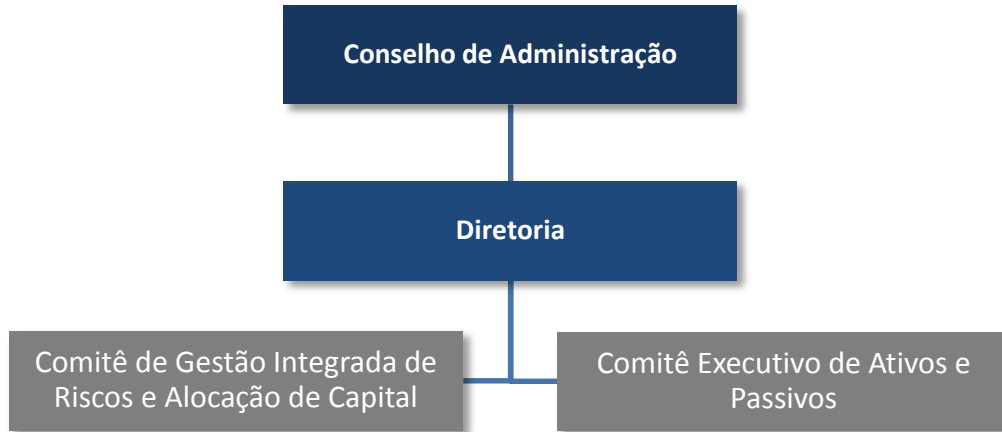
O gerenciamento de riscos e capital no Conglomerado Prudencial Pan é parte integrante do processo de gestão dos negócios. Compreende a identificação, avaliação, mensuração, mitigação e controle das exposições aos riscos, bem como a necessidade e utilização de capital. Deve ser realizado continuamente pelos gestores responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de capital, de acordo com os preceitos contidos na Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital.

A gestão dos negócios no Conglomerado Prudencial Pan é realizada de forma a buscar sempre a otimização da relação risco-retorno e sua respectiva utilização de capital, visando um retorno sustentável para os acionistas e respeitando as alçadas, limites e critérios definidos no apetite ao risco aprovado pelo Conselho de Administração da instituição líder do Conglomerado Prudencial Pan.

O Conglomerado Prudencial Pan utiliza ferramentas, metodologias e modelos, em linha com o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas, a fim de obter acurácia nos processos de avaliação e mensuração de riscos e capital e subsidiar, assim, a melhor tomada de decisão pelos gestores.

As áreas e os órgãos colegiados que formam a estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Conglomerado Prudencial Pan atuam conforme as políticas internas e governança corporativa do Banco Pan. Em particular, no que tange o gerenciamento de riscos e capital, tem-se as responsabilidades descritas a seguir:

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA – GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL



Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Responsável pela definição e orientação geral para o gerenciamento de riscos e de capital do Banco Pan, inclusive a aprovação da estrutura de gerenciamento de riscos e capital, a política corporativa de riscos e capital, o apetite ao risco da instituição e os relatórios sobre a qualidade do gerenciamento de riscos e capital; • Garantir a existência e o monitoramento de mecanismos internos contínuos que assegurem o cumprimento de suas determinações em todos os níveis do Conglomerado.
Diretoria	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar as alçadas definidas e outorgadas aos indivíduos e órgãos colegiados; • Assegurar que as alçadas atendam aos princípios e diretrizes corporativas definidas nas políticas internas, assim como seus instrumentos de controle e monitoramento.
Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que o apetite ao risco e os limites associados existam e sejam cumpridos, agindo tempestivamente em caso de descumprimento; • Assegurar o cumprimento das políticas de áreas relacionadas, assim como a adequação da estrutura de gerenciamento ao nível de complexidade dos processos, produtos e sistemas do Conglomerado; • Garantir que modelos de mensuração de capital sejam adequados e alinhados ao nível de complexidade dos produtos do Conglomerado.
Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO)	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar e acompanhar a situação de liquidez do Pan; • Analisar as movimentações das carteiras de crédito e captação evidenciando a liquidez do Pan, por meio da estrutura dos ativos e passivos e seus respectivos <i>gaps</i>; • Definir e assegurar que as estratégias de gestão do capital estejam em linha com a estratégia de negócios do Conglomerado, observado o apetite ao risco aprovado.

3. BALANÇO PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES

Nos próximos itens serão apresentadas as empresas pertencentes ao Conglomerado Prudencial Pan, suas participações relevantes e o comparativo do balanço patrimonial.

3.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

R\$ milhares

BALANÇO PATRIMONIAL	jun/16	
	Prudencial	Publicação
ATIVO		
Circulante e realizável a longo prazo	26.875.570	26.765.317
Disponibilidades	20.130	20.465
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.390.927	1.390.927
Titulos e valores mobiliários	2.737.478	2.542.102
Relações interfinanceiras	49.967	46.134
Operações de crédito	16.029.327	16.029.327
Operações de arrendamento Mercantil	3.133	3.133
Outros Créditos	5.926.652	6.015.034
Outros valores e bens	717.956	718.195
Permanente	607.839	269.795
Investimentos (f)	375.553	15.831
Imobilizado de uso	28.042	45.301
Intangível (e)	204.244	208.663
TOTAL	27.483.409	27.035.112

PASSIVO	Prudencial	Publicação
Circulante e realizável a longo prazo	24.060.460	23.612.163
Depósitos	13.590.213	13.502.531
Captações de mercado aberto	2.208.628	2.208.628
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.773.060	3.773.060
Relações interfinanceiras	113.176	109.343
Relações interdependências	10.858	10.858
Obrigações por empréstimos	125.609	125.609
Instrumentos financeiros derivativos	616.540	189.326
Outras obrigações	3.622.376	3.692.808
Dívidas subordinadas (g)	1.731.816	1.731.816
Diversas	1.890.560	1.960.992
Resultados de exercícios futuros	1.027	1.027
Participação de acionistas minoritários	17	17
Patrimônio Líquido	3.421.905	3.421.905
Capital Social (a)	3.460.732	3.460.732
Reservas de capital (b)	195.208	195.208
Reservas de lucros (d)	7.719	7.719
Ajuste de avaliação patrimonial (c)	(17.286)	(17.286)
Prejuízos Acumulados (d)	(224.468)	(224.468)
TOTAL	27.483.409	27.035.112

Obs: As letras fazem referência aos dados apresentados no Anexo I .

3.2. Instituições consolidadas no Balanço Patrimonial publicado

Segue abaixo o organograma compreendendo as instituições que são consolidadas no balanço publicado do Pan.



*Reorganização intragrupo pendente de aprovação pelo Banco Central

3.3. Instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial Pan

Segue abaixo resumo com o segmento de atuação, ativo total e o patrimônio líquido das instituições que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial Pan.

R\$ milhares

CONGLOMERADO FINANCEIRO	jun/16		
	INSTITUIÇÃO	Segmento	Ativo Total
Banco Pan	FINANCEIRA	25.674.093	3.421.905
Pan Arrendamento	LEASING	245.552	56.735
Brazilian Mortgages	FINANCEIRA	1.778.083	155.100
Brazilian Securities	SECURITIZADORA	402.892	217.497
Pan Consórcio	ADM. DE CONSÓRCIO	26.102	12.928

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. RISCO DE CRÉDITO

Neste item são descritos os principais aspectos referentes à gestão do risco de crédito do Conglomerado Pan e apresentada a composição de suas carteiras.

4.1.1. Definição

Risco de crédito é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.

4.1.2. Políticas e Estratégias

A Política de Gerenciamento de Risco de Crédito possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de crédito em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito está baseada nas três linhas de defesa, sendo as áreas de Crédito as primeiras responsáveis pela gestão e controle do risco, a área de Controle de Risco de Crédito atuando como uma segunda linha de controle, no que diz respeito à exposição aos riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As etapas presentes no processo de gerenciamento de riscos são: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte.

Os limites operacionais e os procedimentos de controle destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pelo Conglomerado são definidos, normatizados e aprovados conforme as alçadas estabelecidas em sua governança corporativa. Os limites são aplicáveis às métricas de risco de crédito, que são mensuradas para operações sujeitas ao risco de crédito tanto individualmente quanto de maneira agregada (produto, região, setor, etc.), ou contrapartes com características semelhantes em cenários normais e em cenários de estresse.

Os relatórios com as informações relevantes sobre a gestão e controle do risco de crédito são elaborados e enviados à área de Crédito e à Diretoria do Conglomerado periodicamente.

No gerenciamento da exposição ao risco de crédito, de cada empresa individualmente ou do Conglomerado Prudencial, são utilizados sistemas e processos que abrangem todas as fontes relevantes de riscos.

As novas atividades e produtos que impliquem em alteração da exposição ao risco de crédito já adotado pelo Conglomerado devem seguir o processo de aprovação, no qual é realizada a identificação prévia dos riscos inerentes e a adequação dos procedimentos, controles e limites existentes ou a serem implantados no Conglomerado.

4.1.3. Ciclo do Crédito

Na estrutura do Pan, tanto na concessão como no gerenciamento de risco de crédito, na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos: empresas, varejo e crédito imobiliário. O segmento de empresas é composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas, enquanto os demais segmentos são compostos de produtos destinados às pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Concessão

As unidades de crédito empresas, crédito varejo e crédito imobiliário têm como objetivos:

- Formular regras e procedimentos de concessão de crédito por meio da análise de dados históricos de operações performadas, utilizando informações demográficas, geográficas e comportamentais, adequando as regras e os procedimentos de acordo com as características próprias de cada modalidade de operação, estando sua implementação condicionada às decisões da Diretoria;
- Estabelecer alçadas de aprovação de crédito de acordo com os valores em risco envolvidos por cliente, sendo essas alçadas submetidas à aprovação da Diretoria;
- Verificar a adequação e suficiência de garantias para a mitigação do risco de crédito das operações.

O Pan tem como premissa básica para a concessão de crédito a análise da capacidade de caixa e da capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não são o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas e varejo.

I EMPRESAS

Nas operações com empresas, os clientes são avaliados atendendo aos princípios de seletividade e aderência do ramo de atividade à modalidade da operação proposta. O processo de concessão de crédito é suportado pelas informações fornecidas pelos clientes, relatórios de visitas do gerente comercial, bem como pelo cumprimento das exigências mínimas estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pela Diretoria e/ou pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

A classificação do rating do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado financeiro, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado.

A partir do rating do cliente é definido um rating da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas.

II VAREJO

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureau* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo BACEN.

III CRÉDITO IMOBILIÁRIO

As aprovações de uma operação levam em conta, principalmente, a verificação da capacidade de pagamento dos clientes pessoas físicas, e no caso de pessoas jurídicas, principalmente, as condições e a viabilidade do empreendimento objeto da operação, bem como as garantias oferecidas. A viabilidade de um empreendimento é constatada por um estudo, desenvolvido por empresa especializada, sendo que as liberações são realizadas de acordo com o cronograma da obra, sempre por meio do reembolso do percentual já executado. A formalização interna para as liberações de recursos é aprovada pelo diretor responsável pela operação, ou na ausência deste, por um outro diretor.

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

b) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado Pan, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito da carteira;
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Pan.

c) Cobrança e Recuperação

O processo de cobrança e recuperação de ativos tem como objetivo recuperar o saldo das operações que estejam em situação de atraso.

Dentro desse processo são executadas as atividades de cobrança dentro dos critérios e prazos estabelecidos, em conformidade com as determinações legais e normas internas aplicáveis, visando a excelência nos trabalhos de recuperação dos saldos devedores de clientes inadimplentes, seguindo princípios de ética, discricção e eficiência em suas ações.

No processo também há responsabilidade pela recuperação, controle e realização de garantias, além do acompanhamento comportamental de toda a carteira de recebíveis em situação de inadimplência, fornecendo à Administração diversos indicadores para subsidiar a tomada de decisões.

4.1.4. Exposição ao Risco de Crédito

I. Distribuição das operações de crédito por região geográfica, além do valor médio e total das exposições por trimestre.

R\$ milhares

TIPO DE EXPOSIÇÃO DE ATIVOS ⁽¹⁾	Total						
	jun/16						mar/16
	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORTE	NORDESTE	TOTAL	TOTAL
CRÉDITO - Pessoa Física	2.005.474	6.704.285	1.536.428	1.122.028	2.810.558	14.178.773	13.126.340
Imobiliário	136.036	568.115	81.532	19.414	99.503	904.599	889.611
Consignado	1.038.748	2.445.367	836.912	803.804	1.609.113	6.733.944	5.517.042
Veículos e Arrendamento Mercantil	607.540	2.553.189	426.665	186.468	642.262	4.416.124	4.738.797
Cartão de Crédito	175.415	917.241	146.602	86.627	395.622	1.721.507	1.593.454
Outros	47.736	220.374	44.717	25.716	64.058	402.600	387.436
CRÉDITO - Pessoa Jurídica ⁽²⁾	355.275	2.223.669	502.745	145.256	500.660	3.727.604	4.051.621
Investimento	57.228	369.275	68.601	79.268	76.066	650.438	664.641
Importação e Exportação	50.345	22.643	13.225	24.175	10.072	120.461	164.496
Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	179.737	1.385.323	391.969	12.422	350.703	2.320.155	2.648.311
Outros	67.964	446.428	28.949	29.391	63.819	636.550	574.173
TOTAL	2.360.749	8.927.954	2.039.172	1.267.284	3.311.218	17.906.377	17.177.961
	Média						
CRÉDITO - Pessoa Física	1.948.454	6.649.565	1.531.814	1.095.303	2.731.469	13.956.604	13.380.783
Imobiliário	135.501	565.958	81.710	19.388	101.258	903.816	879.773
Consignado	986.973	2.344.228	825.129	773.442	1.517.705	6.447.477	5.502.545
Veículos e Arrendamento Mercantil	611.761	2.626.608	443.527	196.904	672.825	4.551.625	5.035.847
Cartão de Crédito	166.513	896.408	136.729	79.850	376.582	1.656.081	1.574.514
Outros	47.706	216.362	44.719	25.719	63.098	397.604	388.105
CRÉDITO - Pessoa Jurídica ⁽²⁾	360.367	2.295.453	534.150	146.829	512.369	3.849.168	4.212.415
Investimento	55.741	373.702	68.664	79.160	80.974	658.240	669.552
Importação e Exportação	54.693	33.564	19.384	23.814	10.047	141.501	199.085
Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	180.512	1.466.648	416.194	14.245	358.444	2.436.042	2.776.490
Outros	69.421	421.540	29.909	29.609	62.904	613.384	567.287
TOTAL	2.308.821	8.945.018	2.065.964	1.242.131	3.243.838	17.805.772	17.593.198

⁽¹⁾ Operações com características de concessão de crédito e adiantamentos.

⁽²⁾ Inclui os adiantamentos concedidos.

II. Distribuição das operações de crédito por setor de atividade econômica e por tipo de exposição.

R\$ milhares

CRÉDITO - EXPOSIÇÕES POR SETOR ECONÔMICO	Total											
	jun/16						mar/16					
	Agricultura	Comércio	Indústria	Intermed. Financeiros	Serviços	Outros	Agricultura	Comércio	Indústria	Intermed. Financeiros	Serviços	Outros
CRÉDITO - Pessoa Jurídica ⁽¹⁾	747.580	274.797	453.923	33.529	2.158.692	59.083	887.050	324.313	483.194	30.518	2.237.795	88.752
Investimento	-	-	-	-	650.438	-	-	-	-	-	664.641	-
Importação e Exportação	29.200	-	70.621	-	-	20.641	62.789	-	81.067	-	-	20.641
Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	718.380	274.797	285.528	33.529	969.478	38.443	824.261	324.313	325.949	30.518	1.075.160	68.111
Outros	-	-	97.774	-	538.776	-	-	-	76.178	-	497.995	-
TOTAL	747.580	274.797	453.923	33.529	2.158.692	59.083	887.050	324.313	483.194	30.518	2.237.795	88.752

III. Distribuição das operações de crédito por tipo de exposição e pelo prazo a decorrer.

R\$ milhares

CRÉDITO - PRAZO A DECORRER	Total									
	jun/16					mar/16				
	Até 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Até 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
CRÉDITO - Pessoa Física	1.752.979	547.112	6.380.962	5.497.720	14.178.773	1.597.549	561.348	6.670.609	4.296.834	13.126.340
Imobiliário	1.922	1.682	43.597	857.398	904.599	1.097	2.098	37.015	849.400	889.611
Consignado	14.133	22.590	2.059.004	4.638.217	6.733.944	12.290	26.383	2.033.600	3.444.768	5.517.042
Veículos e Arrendamento Mercantil	149.994	371.074	3.893.456	1.599	4.416.124	125.098	377.507	4.233.936	2.256	4.738.797
Cartão de Crédito	1.569.124	118.095	33.798	489	1.721.507	1.440.518	121.546	30.982	409	1.593.454
Outros	17.805	33.671	351.106	18	402.600	18.546	33.814	335.076	-	387.436
CRÉDITO - Pessoa Jurídica ⁽¹⁾	1.076.909	375.813	1.973.648	301.234	3.727.604	1.132.769	338.118	2.305.295	275.439	4.051.621
Investimento	438.025	70.218	57.171	85.024	650.438	468.427	35.837	26.061	134.316	664.641
Importação e Exportação	98.653	6.974	14.833	-	120.461	133.082	16.581	14.833	-	164.496
Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	522.129	266.371	1.531.005	650	2.320.155	511.427	256.549	1.880.335	-	2.648.311
Outros	18.101	32.250	370.639	215.561	636.550	19.834	29.151	384.065	141.123	574.173
TOTAL	2.829.888	922.925	8.354.610	5.798.955	17.906.377	2.730.318	899.466	8.975.904	4.572.273	17.177.961

⁽¹⁾ Inclui os adiantamentos concedidos.

IV. Representatividade das 10 e das 100 maiores exposições de crédito.

R\$ milhares

CRÉDITO - % DAS 10 E 100 MAIORES EXPOSIÇÕES	Total					
	Exposição			% da Carteira		
	jun/16	mar/16	dez/15	jun/16	mar/16	dez/15
10 Maiores exposições	455.875	476.131	483.277	2,55%	2,77%	2,81%
100 Maiores Exposições	1.986.624	2.087.461	2.215.549	11,09%	12,15%	12,90%

V. Saldo da provisão para devedores duvidosos por rating.

R\$ milhares

CRÉDITO - PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	Total						
	Nível	CARTEIRA			PROVISÃO		
		jun/16	mar/16	dez/15	jun/16	mar/16	dez/15
A	12.892.876	11.883.186	11.819.029	64.464	59.416	59.095	
B	1.656.178	1.909.538	2.369.135	16.562	19.095	23.691	
C	1.161.226	1.314.361	1.165.889	34.837	39.431	34.977	
D	834.141	766.554	710.705	83.414	76.655	71.070	
E	319.123	269.809	347.371	95.737	80.943	104.211	
F	187.090	209.788	186.540	93.545	104.894	93.270	
G	172.065	189.406	172.638	120.446	132.584	120.846	
H	683.678	635.319	546.233	683.678	635.319	546.233	
TOTAL	17.906.377	17.177.961	17.317.539	1.192.682	1.148.337	1.053.394	

VI. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

R\$ milhares

PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	Total								
	jun/16								TOTAL
	Pessoa Física	Agricultura	Comércio	Indústria	Intermed. Financeiros	Serviços	Outros	Órgão Públicos	
Saldo Inicial mar/16	780.762	141.221	70.589	54.737	775	79.664	20.589	16.337	1.164.674
Provisão Constituída Líquida (Write - off)	93.446 (66.321)	16.884 -	(3.510) (17.020)	1.603 (6.837)	529 -	7.390 -	18.179 -	2.503 -	137.025 (90.178)
Saldo Final jun/16	807.888	158.105	50.059	49.502	1.304	87.054	38.768	18.840	1.211.522
VARIAÇÃO DO SALDO	27.125	16.884	(20.530)	(5.234)	529	7.390	18.179	2.503	46.847

VII. Montante de operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações baixadas para prejuízo, segregado por faixas de atraso.

R\$ milhares

CRÉDITO - ATRASO POR REGIÃO	Total									
	jun/16					mar/16				
	Atraso entre 15 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Atraso entre 15 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 360 dias	Atraso acima de 360 dias
SUL	163.260	28.659	46.724	84.754	10.023	170.236	51.463	55.317	82.474	8.157
SUDESTE	669.048	163.665	239.366	312.914	41.959	770.318	208.365	271.924	301.405	42.489
CENTRO - OESTE	116.303	59.488	69.582	77.730	44.930	170.619	42.068	57.510	87.973	22.299
NORTE	94.461	14.416	27.222	42.751	6.944	67.949	12.492	36.828	25.592	3.454
NORDESTE	212.212	46.086	116.209	111.428	19.062	200.698	65.507	91.216	114.828	12.745
TOTAL	1.255.284	312.314	499.103	629.578	122.918	1.379.820	379.895	512.793	612.272	89.144

R\$ milhares

CRÉDITO - ATRASO POR SETOR DE ATIVIDADE	Total									
	jun/16					mar/16				
	Atraso entre 15 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Atraso entre 15 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 360 dias	Atraso acima de 360 dias
CRÉDITO - Pessoa Física	926.040	229.519	392.909	498.867	76.411	982.112	290.237	408.451	489.079	62.029
CRÉDITO - Pessoa Jurídica ⁽¹⁾	329.243	82.795	106.193	130.712	46.507	397.708	89.658	104.343	123.193	27.115
Agricultura	69.905	45.588	40.418	50.275	24.536	37.075	16.525	-	26.576	5.277
Comércio	20.789	11.146	-	20.890	21.499	18.453	9.549	4.711	19.782	21.499
Indústria	48.908	3.144	6.107	24.679	-	28.472	10.634	2.402	14.607	-
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	183.274	22.917	58.154	23.518	472	211.307	9.285	7.844	-	-
Outros	6.368	-	1.515	11.350	-	102.401	43.665	89.386	62.228	340
TOTAL	1.255.284	312.314	499.103	629.578	122.918	1.379.820	379.895	512.793	612.272	89.144

⁽¹⁾ Inclui os adiantamentos concedidos.

4.1.5. Cessão, Venda e Transferência de Ativos

O Conglomerado Pan atua nacionalmente no mercado de financiamentos comerciais, principalmente nos segmentos de Veículos, Consignado e Imobiliário, e segue as informações constantes em seu Plano de Negócios e nas estratégias de alocação de capital. A forte originação dos recebíveis desses financiamentos coloca o Pan em posição destacada para negociar parte de sua carteira própria, antecipando resultados e monetizando seus ativos, para o respectivo reinvestimento. Essa negociação se dá geralmente por meio da cessão definitiva dos créditos para oscessionários adquirentes.

A cessão de crédito é um acordo bilateral pelo qual uma instituição financeira transfere à outra seus direitos de recebimento. Abaixo é apresentado o saldo das exposições cedidas sem coobrigação, no momento da cessão.

R\$ milhares

CRÉDITO - TIPO DE CESSÃO	Total					
	Valor Presente			Valor de Cessão		
	jun/16	mar/16	dez/15	jun/16	mar/16	dez/15
Sem Coobrigação - Sub Total ⁽¹⁾	2.081.409	2.241.837	2.147.914	2.468.779	2.602.087	2.467.318
Crédito Direto ao Consumidor	1.136.712	1.360.116	1.057.916	1.241.209	1.477.695	1.185.915
Empréstimo em Consignação	944.697	875.805	1.084.561	1.227.570	1.118.243	1.275.754
Cédula de Crédito Bancário	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Habitacionais	-	5.916	5.437	-	6.149	5.649
Financiamentos de Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	-	-	-
Empréstimos com Garantia Imobiliária	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.081.409	2.241.837	2.147.914	2.468.779	2.602.087	2.467.318

⁽¹⁾ Tipo de Cessionário: Instituições Financeiras.

4.1.6. Securitização

Em 19 de julho de 2012 foi adquirida pelo Banco Pan a Brazilian Securities, uma companhia securitizadora com objeto social para aquisição de créditos imobiliários, originados por incorporadoras e instituições financeiras, para lastrear a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”).

A aquisição de créditos pela Brazilian Securities obedece aos procedimentos de seleção por risco e garantia, sendo o crédito aprovado pelas alçadas competentes internas.

Em 30/06/2016, os CRI emitidos pela Brazilian Securities e ofertados em sua maior parte ao mercado representavam um total de R\$ 8.843.359.445, composto por R\$ 8.102.067.093 em CRI Sênior e R\$ 741.292.352 em CRI Junior.

Nesta mesma data, a Brazilian Securities possuía uma carteira própria de CRI demonstrada no quadro abaixo.

Em R\$

CRI - Lastro Financiamento Imobiliário	Saldo		
	jun/16	mar/16	dez/15
Sênior	86.544.137	99.175.608	103.917.421
Junior	20.038.067	19.524.231	18.305.562

O quadro a seguir destaca a retenção de risco da Brazilian Securities em função de coobrigação em apenas duas séries de CRI:

Em R\$

CRI – Série 95-96 - Lastro Financiamento Imobiliário	Saldo		
	jun/16	mar/16	dez/15
Sênior	3.704.311	3.876.463	4.142.060

4.1.7. Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

A seguir, são apresentados os valores nocionais referentes às exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

R\$ milhares

INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Nocional	Prudencial		
	jun/16	mar/16	dez/15
Nocional - com contraparte central (bolsa)	6.017.245	6.817.027	6.662.324
Nocional - sem contraparte central (balcão)	4.109.655	5.023.644	3.768.891
Com garantia	3.402.964	4.054.803	2.802.280
Sem garantia	706.690	968.841	966.611

Abaixo, são apresentadas as exposições bruta e global relativas às exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

R\$ milhares

INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Valor MtM	Prudencial		
	jun/16	mar/16	dez/15
Valor positivo bruto	1.430.250	2.870.453	1.768.296
(-) Garantias	(1.304.752)	(2.529.675)	(1.394.203)
Exposição global	125.498	340.779	374.093

4.2. RISCO DE MERCADO

Neste item são descritos os principais aspectos referentes à gestão do risco de mercado e apresentada a composição das carteiras do Conglomerado Pan.

4.2.1. Definição

Risco de Mercado é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Conglomerado Prudencial Pan, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

4.2.2. Políticas e estratégias

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de mercado em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

Como principais atribuições da área de Controle de Risco de Mercado, destacam-se:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;

- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gargas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros;
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de “hedge” de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A área de Controle de Risco de Mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **GAP ANALYSIS:** a análise de gaps é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentam os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

A área de Controle de Risco de Mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Conglomerado Pan, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR). Mensalmente, são mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Conglomerado Pan, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

4.2.3. Determinação das carteiras *trading* e *banking*

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco Pan deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco Pan nas carteiras.

I. *Trading book* (negociação)

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a “hedge” de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade.

II. *Banking book* (não negociação)

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a “hedge” de outros elementos desta carteira.

4.2.4. Exposição ao Risco de Mercado

Abaixo são apresentadas as exposições ao risco de mercado dos últimos 3 trimestres.

R\$ milhares

EXPOSIÇÃO - TRADING BOOK	Prudencial					
	jun/16		mar/16		dez/15	
Fatores de Risco	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxa de Câmbio	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juros	841.804	819.325	3.074.571	599.629	3.383.221	2.200.078
Ações	-	-	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-	-	-

A seguir as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria e liquidadas em contraparte central.

Valor MtM - R\$ milhares

EXPOSIÇÃO EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS NO BRASIL - CONTRAPARTE CENTRAL	Prudencial					
	jun/16		mar/16		dez/15	
Fatores de Risco	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxa de Câmbio	62.985	179.518	90.224	300.962	82.140	495.581
Taxa de Juros	9.257.019	12.035.197	10.875.224	9.885.166	9.496.199	9.061.055
Ações	-	-	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-	-	-

A seguir as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria e não liquidadas em contraparte central.

Valor MtM - R\$ milhares

EXPOSIÇÃO EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS NO BRASIL - BALCÃO	Prudencial					
	jun/16		mar/16		dez/15	
Fatores de Risco	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxa de Câmbio	1.947.428	85.638	2.459.146	146.535	2.627.538	139.215
Taxa de Juros	1.586.255	3.462.427	1.593.802	3.502.345	1.602.372	3.419.102
Ações	-	-	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-	-	-

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Neste item são descritos os principais aspectos referentes à gestão do risco de liquidez no Conglomerado Pan.

4.3.1. Definição

O Risco de Liquidez é o risco associado à possibilidade de o Conglomerado Prudencial Pan não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

4.3.2. Políticas e estratégias

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

Como principais atribuições da área de Controle de Risco de Liquidez, destacam-se:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A área de Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Pan, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 252 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez do Conglomerado Pan.

4.3.3. Plano de Contingência

O Plano de Contingência do Conglomerado contempla uma série de ações previamente analisadas e aprovadas pelas alçadas competentes, que devem ser avaliadas para utilização em caso de situações de estresse de liquidez, desde que acionados certos gatilhos.

O plano é reavaliado e revisado periodicamente, e todas as ações de contingência nele previstas devem ser realizadas de acordo com os princípios contidos na Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, baseando-se também na regulamentação vigente, além de ser adequadamente documentadas.

4.4. RISCO OPERACIONAL E CONTROLES INTERNOS

4.4.1. Risco Operacional

a) Definições

O Risco Operacional é o risco decorrente da ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do Pan. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado Prudencial, bem como as sanções em razão de

descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelas instituições do Conglomerado Prudencial.

O Pan classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Interrupção das atividades da instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

b) Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

As etapas presentes no processo de gerenciamento do risco operacional são: identificação; avaliação, incluindo a dos controles internos; mensuração; mitigação; monitoramento; controle; e reporte; e são realizadas de acordo com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a exposição ao risco.

Devido a sua natureza complexa, o risco operacional possui características tanto subjetivas quanto objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como, por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor do Banco Pan.

c) Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional está baseada no conceito das três linhas de defesa, no qual todas as áreas de negócio/suporte são as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas e produtos sob sua responsabilidade; a unidade de Risco Operacional e a área Jurídica, dentre outras, atuam como a segunda linha de controle, suportando as áreas de negócio/suporte nos aspectos técnicos e metodológicos, ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos; e por fim, a Auditoria Interna que realiza um terceiro nível de controle, por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles vigentes.

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento e controle do risco operacional em consonância com as leis, resoluções e normas internas e externas, o Conglomerado Prudencial empenha contínuos esforços e investimentos para implementar ações que permitam o efetivo gerenciamento do risco operacional, inclusive mediante a implementação de mudanças em processos, produtos e sistemas.

A unidade de Risco Operacional possui as seguintes atribuições:

- Zelar para que a estrutura de gerenciamento de risco operacional esteja adequada à natureza e à complexidade do Conglomerado Prudencial, assim como assegurar a implantação dessa estrutura em linha com as definições e orientações estratégicas definidas pela Administração.
- Coordenar o processo de implantação do gerenciamento e controle do risco operacional em todos os níveis e empresas do Conglomerado Prudencial, por meio de disseminação da cultura e conhecimento, desenvolvimento de metodologia e critérios de suporte na aplicação destas metodologias através de ferramentas e procedimentos necessários a esse processo;
- Promover e coordenar ações e alternativas de mitigação do risco operacional, em conjunto com os gestores dos processos de negócio e de suporte;

- Monitorar a implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles estabelecidos para mitigação dos riscos incorridos ou potenciais;
- Capturar, reportar e armazenar as informações sobre perdas operacionais, visando manter uma base de dados histórica;
- Identificar preventivamente o risco operacional inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias nos procedimentos e controles internos adotados pelo Conglomerado Prudencial;
- Elaborar e atualizar, no mínimo anualmente, a política de gerenciamento do risco operacional.
- Identificar e avaliar os riscos presentes nos processos nas diversas unidades do Conglomerado Prudencial, mapear e testar os controles existentes para mitigá-los e definir planos de ação quando houver necessidade;
- Zelar pelo processo de identificação e avaliação de riscos em terceiros.

De forma abrangente, esse gerenciamento e estrutura visam agregar valor ao Conglomerado Prudencial, por meio da prevenção, redução e mitigação dos riscos operacionais e fornecer subsídios para a tomada de decisões estratégicas, além de atender os requisitos regulatórios.

4.4.2. Políticas e Estratégias

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional e Legal estabelece diretrizes, princípios e responsabilidades relativos ao gerenciamento do risco operacional e legal, incluindo a avaliação dos controles internos, em consonância às melhores práticas de governança corporativa do Pan, visando fortalecer o sistema de controles internos e mitigar as perdas por riscos operacionais e legais do Conglomerado, manter a exposição a estes riscos em níveis adequados e cumprir com os requerimentos regulatórios.

As etapas presentes no processo de gerenciamento do risco operacional e legal são: identificação, avaliação, mensuração, mitigação, monitoramento, controle e reporte.

Esse gerenciamento é realizado de acordo com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a exposição ao risco e, em função de sua natureza complexa, o gerenciamento do risco operacional possui características tanto subjetivas quanto objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como, por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle para garantir que o gerenciamento seja efetivo e agregue valor à instituição.

4.4.3. Plano de Continuidade de Negócios

A gestão de continuidade de negócios refere-se ao processo para definir estrategicamente e documentar a forma de tratamento em situações de interrupções, crises ou desastres, visando:

- Estabelecer os procedimentos necessários a serem utilizados pelas áreas (de negócios e de suporte) em eventos de interrupção, crise ou desastre, de maneira a limitar as perdas decorrentes desses eventos;
- Assegurar a retomada dos processos e dos sistemas considerados essenciais para o Pan, em tempo hábil e com a capacidade mínima necessária de recursos;
- Evitar ou minimizar o impacto no atendimento aos clientes.

A metodologia do Pan está alinhada com as exigências regulatórias do CMN e do BACEN – Resolução CMN 3.380/06, com as boas práticas de mercado e com os *frameworks*³ de institutos internacionalmente reconhecidos como referenciais para o tema continuidade de negócios:

- NBR /ISO 22301

³ Descrição de conceitos básicos de mercado para apresentação de demonstrações financeiras internacionais.

- DRII (*Disaster Recovery Institute International*) BCP/DRP Guidelines.

A metodologia permeia o ciclo que contempla todos os passos necessários para garantir a constante atualização e eficácia do Programa de Gestão de Continuidade de Negócios.



5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O BACEN, seguindo as recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, publicou a Resolução CMN nº 3.988/11, que dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento de capital. O Conglomerado Pan aplica as definições de gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- (i) Monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado Pan;
- (ii) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- (iii) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O Conglomerado Pan realiza a avaliação e acompanhamento dos seus riscos relevantes, tanto aqueles que compõem seu RWA como os demais riscos, como o de taxa de juros da carteira de não-negociação, inclusive seus impactos na necessidade adicional de capital, e o risco de liquidez.

O processo de monitoramento de capital é realizado de forma tempestiva, buscando garantir a adequação de capital aos níveis definidos no planejamento estratégico.

O Conglomerado Prudencial Pan deve manter em sua estrutura capital suficiente para suportar o risco incorrido em suas posições. A mensuração de capital, efetuada a partir das metodologias padronizadas, atende aos requisitos previstos nas Resoluções CMN 4.192/13, 4.193/13 e demais normativos relacionados.

5.1. Acordo de Basileia III

Em resposta à crise financeira global de 2007/2008, o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) emitiu um conjunto de recomendações ao sistema bancário mundial que ficou conhecido como BASILEIA III. Seu objetivo principal é tornar o sistema financeiro mais resiliente, reduzir os custos das crises bancárias e amparar o crescimento sustentável do sistema bancário, por meio de recomendações de melhores práticas e, principalmente, aumento da qualidade e da quantidade do capital.

Em outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BACEN começaram a implementar, no Brasil, as modificações propostas por Basileia III no que tange à alocação e ao cálculo de capital, por meio de diversas resoluções e circulares.

Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital exigido.

Em Basileia III, são 3 indicadores que devem ser comparados ao RWA total, com seus respectivos adicionais de conservação que podem ser estipulados pelo regulador. Na prática, o BACEN exigirá pelo menos o mínimo estipulado como capital adicional.

A tabela a seguir apresenta os valores mínimos de (i) Capital Principal, (ii) Nível I e (iii) PR em relação ao RWA, que devem ser mantidos pelos Conglomerados Prudenciais.

VALOR DO ITEM/RWA	out/13	jan/14	jan/15	jan/16	jan/17	jan/18	jan/19
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Capital Principal + Conservação (mínimo)	4,5%	4,5%	4,5%	5,1%	5,8%	6,4%	7,0%
Capital Principal + Conservação (máximo)	4,5%	4,5%	4,5%	5,8%	7,0%	8,3%	9,5%
Nível I	5,5%	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Nível I + Conservação (mínimo)	5,5%	5,5%	6,0%	6,6%	7,3%	7,9%	8,5%
Nível I + Conservação (máximo)	5,5%	5,5%	6,0%	7,3%	8,5%	9,8%	11,0%
Patrimônio de Referência (PR)	11,0%	11,0%	11,0%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
PR + Conservação (mínimo)	11,0%	11,0%	11,0%	10,5%	10,5%	10,5%	10,5%
PR + Conservação (máximo)	11,0%	11,0%	11,0%	11,1%	11,8%	12,4%	13,0%

5.2. Políticas e Estratégias

A Política de Gerenciamento de Capital possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do capital, em consonância com o plano estratégico e as melhores práticas de governança do Grupo Pan, visando resguardar sua solvência e liquidez, manter os níveis de capital dentro dos limites aprovados e cumprir as exigências regulatórias aplicáveis.

Como principais atribuições da área de Gerenciamento e Controle de Capital, destacam-se:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o capital dentro dos limites estabelecidos e aprovados;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento de Capital, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Garantir o entendimento e atendimento às regras regulatórias aplicáveis;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao capital e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de gerenciamento de capital.

5.3. Patrimônio de Referência (PR)

O Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial para o cumprimento dos limites operacionais definidos pelo BACEN, e é composto pelo Nível I e pelo Nível II (Resolução CMN 4.192/13).

O PR Nível I é composto pelo Capital Principal (capital social; reservas de capital, de reavaliação e de lucros; lucros acumulados; algumas deduções; e ajustes prudenciais) e pelo Capital Complementar (instrumentos elegíveis; e algumas deduções). O PR Nível II é composto por instrumentos que atendam critérios de elegibilidades mínimos como, por exemplo, instrumentos de dívidas subordinadas.

O quadro a seguir apresenta a composição do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial Pan, nos últimos 3 trimestres.

R\$ Milhares

CONGLOMERADO		Prudencial		
ITEM PATRIMONIAL	jun/16	mar/16	dez/15	
PR	2.758.732	2.920.089	3.320.457	
NÍVEL I	1.982.151	2.116.257	2.400.644	
CAPITAL PRINCIPAL	1.982.151	2.116.257	2.400.644	
Patrimônio Líquido Conglomerado Pan	3.421.905	3.550.041	3.643.797	
(-) Ajustes Prudenciais ⁽¹⁾	(1.439.754)	(1.433.784)	(1.243.153)	
CAPITAL COMPLEMENTAR	-	-	-	
NÍVEL II	776.581	803.832	919.813	
Instrumentos de Dívida Subordinada	776.581	803.832	919.813	

⁽¹⁾ Ajustes Prudenciais: Resolução 4.192/13.

5.4. Dívidas Subordinadas por prazo de vencimento

O Conglomerado Pan utiliza 3 instrumentos de dívidas subordinadas autorizados a compor seu PR Nível II. O quadro abaixo apresenta um resumo destes instrumentos, bem como seus prazos de vencimento, taxa de juros, periodicidade de pagamento de juros e valor notional.

US\$ Milhares

CONGLOMERADO FINANCEIRO				
Instrumento Financeiro de Dívida	Vencimento	Taxa de Juros (% a.a - 360)	Periodicidade Juros (meses)	Notional
Dívida Subordinada - Emissão Externa	23/04/2020	8,50	6	456.792

R\$ Milhares

CONGLOMERADO FINANCEIRO				
Instrumento Financeiro de Dívida	Vencimento	Taxa de Juros (CDI + % a.a)	Periodicidade Juros (meses)	Notional
Letras Financeiras Subordinadas	22/05/2018	1,35	-	10.000

R\$ Milhares

CONGLOMERADO FINANCEIRO				
Instrumento Financeiro de Dívida	Vencimento	Taxa de Juros (IPCA + % a.a)	Periodicidade Juros (meses)	Notional
Letras Financeiras Subordinadas	05/04/2019	5,60	-	100.000

5.5. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193/13, para fins de cálculo dos requerimentos mínimos de capital pela metodologia padronizada, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), que corresponde à soma das seguintes parcelas (nova nomenclatura utilizada pelo BACEN e decorrente das alterações de Basileia III).

$$RWA = \underbrace{RWACPAD}_{\text{Crédito}} + \underbrace{RWAJUR + RWACOM + RWAACS + RWACAM}_{\text{Mercado}} + \underbrace{RWAOPAD}_{\text{Operacional}}$$

Em que:

- **RWACPAD:** parcela referente às exposições ao risco de crédito.
- **RWAJUR:** parcela referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, cupons de moedas estrangeiras, cupons de índices de preços e cupons de taxas de juros.
- **RWACOM:** parcela referente às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*).
- **RWAACS:** parcela referente às exposições sujeitas à variação de preço de ações.
- **RWACAM:** parcela referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- **RWAOPAD:** parcela referente ao risco operacional.

O quadro a seguir apresenta a composição do RWACPAD do Conglomerado Pan, nos últimos 3 trimestres, por Fator de Ponderação de Risco (FPR).

R\$ Milhares

CONGLOMERADO FATOR DE PONDERAÇÃO	Prudencial		
	jun/16	mar/16	dez/15
FPR 0%	-	-	-
FPR 2%	127	477	243
FPR 20%	18.880	25.514	14.922
FPR 35%	49.719	51.616	54.665
FPR 50%	2.767.720	2.454.993	2.170.534
FPR 75%	7.870.787	7.786.832	8.023.181
FPR 85%	902.654	1.104.392	1.363.621
FPR 100%	5.050.321	5.206.849	5.426.742
FPR 150%	-	-	-
FPR 250%	508.317	541.797	602.642
FPR 300%	629.788	644.101	981.814
FPR 909%*	202.915	197.712	166.414
RWACPAD (Risco de Crédito) - TOTAL	18.001.228	18.014.283	18.804.777
RWACPAD (Risco de Crédito) - MÉDIA	18.167.678	18.425.643	19.108.707

*A partir de jan/16 o FPR 909% passa a ser FPR 1.013% devido às alterações de Basileia III

O quadro a seguir apresenta a exigência de capital do Conglomerado Pan, nos últimos 3 trimestres, das parcelas referentes ao risco de mercado.

R\$ Milhares

CONGLOMERADO	Prudencial		
	jun/16	mar/16	dez/15
ATIVO PONDERADO PELO RISCO (RWA)			
RISCO DE MERCADO	583.806	983.373	324.085
RWA JUR	563.401	944.543	150.078
RWA JUR1 - Pré-fixados	560.956	941.608	150.078
RWA JUR2 - Cupom de Moedas	1	26	-
RWA JUR3 - Índice de Preços	2.443	2.909	-
RWA CAM	20.405	38.830	174.007

5.6. Requerimentos de Capital

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital referentes à Basileia III, nos últimos 3 trimestres.

R\$ Milhares

CONGLOMERADO	Prudencial		
	jun/16	mar/16	dez/15
ITEM PATRIMONIAL			
PR	2.758.732	2.920.089	3.320.457
NÍVEL I	1.982.151	2.116.257	2.400.644
CAPITAL PRINCIPAL	1.982.151	2.116.257	2.400.644
CAPITAL COMPLEMENTAR	-	-	-
NÍVEL II	776.581	803.832	919.813
RWA TOTAL	19.759.305	20.171.926	20.100.330
RWA CPAD - Risco de Crédito	18.001.228	18.014.283	18.804.777
RWA - Risco de Mercado	583.806	983.373	324.085
RWA OPAD - Risco Operacional	1.174.270	1.174.270	971.467
RBAN	64.805	80.737	72.929
CAPITAL PRINCIPAL/RWA	10,0%	10,5%	11,9%
NÍVEL I/RWA	10,0%	10,5%	11,9%
PR/RWA - ÍNDICE DE BASILEIA	14,0%	14,5%	16,5%
MARGEM (PR - 11% x RWA - RBAN)	619.200	721.300	1.036.491

5.7. Valor de Capital Mitigado

O quadro a seguir apresenta a exposição mitigada pelos instrumentos definidos no §3º do artigo 36 da Circular BACEN nº 3.644/13, de acordo com seu FPR.

R\$ Milhares

CONGLOMERADO	Prudencial			
	FPR	jun/16	mar/16	dez/15
Depósitos à vista, depósitos a prazo, letras financeiras de emissão própria, depósitos de poupança, em ouro ou em títulos públicos ⁽¹⁾	0%	1.475.585	2.572.909	1.298.985

⁽¹⁾ Artigo 36 § 3º da Circular 3.644/13.

5.8. Projeções de Capital

O Pan realiza a avaliação e acompanhamento dos seus riscos relevantes, tanto aqueles que compõem seus Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) como os demais riscos, como o de taxa de juros da carteira de não-negociação, o risco de liquidez e o risco de concentração, inclusive seus impactos na necessidade adicional de capital. O processo de monitoramento de capital é realizado de forma tempestiva, buscando garantir a adequação de capital aos níveis definidos no planejamento estratégico.

Dentro do processo de monitoramento de capital, é avaliada a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que Conglomerado Prudencial está sujeito. Assim, elabora-se o Plano de Capital, que contempla:

- Metas e projeções de capital no horizonte de 5 anos.
- Principais fontes de capital; e
- Plano de contingência de capital, nos casos de desenquadramentos ou necessidades adicionais.

Outros fatores considerados na elaboração do plano de capital são:

- Ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios.
- Elaboração de projeções de valores de ativos e passivos, bem como das receitas e despesas.
- Definição de metas de crescimento ou de participação no mercado.
- Política de distribuição de resultados.
- Atualização e aprovação periódica pelo Conselho de Administração do Banco Pan.

5.9. Razão de Alavancagem (RA)

Alinhado às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, o BACEN aprovou a Circular 3.748/15, que entrou em vigor em outubro/15 e dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). As recomendações de Basileia têm o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A RA foi introduzida com vistas a restringir a alavancagem excessiva dos bancos – e, portanto, os potenciais efeitos negativos que um processo de desalavancagem poderia acarretar para o sistema financeiro – e reforçar os requisitos baseados em risco com uma simples medida de recuo não ponderada pelo risco.

O cálculo da RA é basicamente definido como a razão entre o capital Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e o total de exposições da instituição. Trata-se de uma medida simples, transparente e não sensível a risco que complementa o requerimento mínimo de capital já existente no arcabouço prudencial brasileiro, oferecendo uma salvaguarda adicional aos modelos de mensuração de risco existentes.

Em 30 de junho de 2016, o Índice de Alavancagem do Pan atingiu 7,48%.

A seguir são apresentados o “Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem” (Anexo I da Circular BACEN nº 3.748/15) e a Razão de Alavancagem (Anexo II da Circular BACEN nº 3.748/15).

ANEXO I:

R\$ Milhares

Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem - Jun/16	
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	27.035.112
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	448.297
Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	-
Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	43.068
Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	210.913
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	760.740
Outros ajustes	- 1.984.610
Exposição Total	26.513.520

ANEXO II:

R\$ Milhares

Razão de Alavancagem (RA) - Jun/16	
Itens Contabilizados no Balanço Patrimonial	
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	25.594.711
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	- 1.528.496
Total das exposições contabilizadas no Balanço Patrimonial	24.066.215
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	
Valor de reposição em operações com derivativos.	177.832
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	43.068
Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	220.899
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	
Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	1.254.752
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	210.913
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	1.465.665
Itens não Contabilizados no Balanço Patrimonial	
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	2.798.707
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	- 2.037.967
Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	760.740
Capital e Exposição total	
Nível I (A)	1.982.151
Exposição Total (B)	26.513.520
Razão de Alavancagem (A/B)	7,48%